

Outubro 2005

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Parcerias no combate à pobreza.....	1
1.2 Ministério do Planeamento realiza colóquio sobre luta contra a pobreza.....	1
1.3 Mais USD 8 biliões para investimentos	1
1.4 Vice-governador defende créditos no combate à pobreza	2
1.5 Mais transparência só depois de um acordo com o FMI.....	2
1.6 Luta contra pobreza consome USD 118 milhões	3
2 GOVERNAÇÃO E ELEIÇÕES	4
2.1 NDI, IRI e RE formam activistas.....	4
2.2 Exoneração e nomeação administradores municipais	5
2.3 Seminário sobre Lei Eleitoral aborda estrutura e autoridade da CNE	5
2.4 Calendário de preparação das eleições está muito apertado»	6
3 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA	6
3.1 Universidades vendem gato por lebre	6
3.2 Crianças órfãs têm futuro garantido	8
3.3 País lançou campanha de prevenção especial nas escolas	8
3.4 Protecção à mulher adolescente	9
3.5 JMPLA promove debate sobre delinquência juvenil	11
3.6 Igreja Católica pode desalojar crianças	11
4 TERRA E HABITAÇÃO	12
4.1 Demolidas construções anárquicas no K. Kiaxi.....	12
4.2 Primeiras aldeias novas são entregues este ano	12
4.3 600 famílias recebem casas, terras e gado no Waku-Cungo.....	13
4.4 Municípios aguardam novo modelo.....	13
4.5 Administrador da Samba está a forçar camponeses a «venderem» terrenos seus	14
4.6 Administração de Viana demoliu casas e destruiu bens	16
5 SERVIÇOS BASICOS	17
5.1 Rangol acusada de promover lixeira no Prenda.....	17
5.2 Lixo pode comprometer conclusão do projecto do CFL.....	17
5.3 Governo do Huambo investe USD 3,8 milhões no sector de energia	18
5.4 O novo modelo de recolha de lixoElisal.....	18
6 PAZ E CIDADANIA	19
6.1 Debate sobre paz e reconciliação	19
6.2 Mulher angolana quer desarmamento da população.....	20
6.3 0 que é devido às mulheres	20
2 Mercado Informal e Microfinanças	22
2.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	22
2.2 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	22
3 Governação e Descentra-lização	23
3.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	23
4 Eleições e Educação Cívica	24
4.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	24
5 Educação, Juventude e Criança	25
5.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	25
6 Terra, Habitação e Urbanização	26
6.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	26
7 Serviços Básicos	27
7.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	27

8 Paz e Reconciliação

28

8.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	28
--	----

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Parcerias no combate à pobreza

RNA...25-10-05

Um colóquio denominado "Juntos contra a pobreza" foi aberto segunda-feira, em Luanda, em saudação à semana da erradicação da pobreza, iniciada a 17 do corrente mês.

O certame, organizado pelo Ministério do Planeamento, em parceria com o Programa de Luta contra a Pobreza Urbana (Lupp) e o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), debate os resultados da aplicação da estratégia de combate à pobreza no país, os objectivos de desenvolvimento do milénio para os mais pobres e a participação da sociedade civil na identificação dos problemas e na busca de soluções.

A abordar os temas estão entidades do ministério, do PNUD e da sociedade civil, que fazem a apresentação de casos bem sucedidos de beneficiários do Programa de Luta contra a Pobreza, que desde 1999 é implementado nos municípios do Cazenga, Sambizanga, Cacuaco e Kilamba Kiaxi, nas vertentes de participação comunitária, primeira infância, micro-crédito, micro-finanças, água, saneamento e desenvolvimento empresarial.



1.2 Ministério do Planeamento realiza colóquio sobre luta contra a pobreza

Jornal de Angola..24-10-05

Um colóquio denominado "Juntos contra a pobreza" realiza-se hoje no Hotel Alvalade, em Luanda, sob a

égide do Ministério do Planeamento, por ocasião da semana da erradicação da pobreza, iniciada a 17 do corrente mês.

Segundo uma nota de imprensa daquele Ministério, o evento, organizado em parceria com o Programa de Luta contra a Pobreza Urbana e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), vai debater os resultados da aplicação da estratégia de combate à pobreza no país, os objectivos de desenvolvimento do milénio para os mais pobres e a participação da sociedade civil numa identificação dos problemas e na busca de soluções. A debater os temas estarão entidades do Ministério do Planeamento, do PNUD e da sociedade civil, que farão a apresentação de casos bem sucedidos de beneficiários do Programa de Luta contra a Pobreza, que desde 1999 é implementado nos municípios do Cazenga, Sambizanga, Cacuaco e Kilamba Kiaxi.

O Colóquio será aberto pela ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço.

1.3 Mais USD 8 biliões para investimentos

Jornal de Angola...05-10-05

Cerca de 50 companhias chinesas e de Hong-Kong pretendem investir mais de 8 biliões de dólares, em Angola, nos ramos da indústria, construção civil e metálica, a partir do próximo ano até 2008.

A informação foi avançada pelo presidente do grupo chinês, Pan Asian Oasis INC, Edmond Y. Yao à margem da assinatura do acordo de cooperação que a instituição estabeleceu com a empresa angolana, Sécil Marítima. O grupo, que faz parte dessas companhias, vai injectar no mercado angolano cerca de 800 milhões de dólares para construção de edifícios habitacionais e para empresas, bem como na execução de projectos de transporte de mercadorias metálicas de Angola para China. Segundo o empresário, além destas companhias existem mais outras com intenção de investir no país e com predisposição de estabelecer parcerias com empresas nacionais para melhor desenvolver os negócios.

“São muitos os empresários com os olhos direccionados ao mercado angolano e acreditam ser, futuramente, um dos mais concorridos a nível da África. Este país tem muita riqueza e muita área por se explorar e nós não queremos estar por fora”.

O empresário lembrou, igualmente, que o investimento não está relacionado com o crédito que o Governo

chinês concedeu ao Estado angolano, que está a ser empregue essencialmente nas áreas de educação e saúde. “Este é um investimento privado de grupos de empresas chinesas e não de Estado para Estado”. O acordo ora assinado, em Luanda, pela directora da Sécil Marítima, Maria Amélia Rita e o presidente do grupo chinês Pan Asian Oasis INC, Edmond Y. Yao, visa fortalecer o posicionamento da Secil no mercado chinês com vista à efectivação da transportação das cargas do financiamento chinês para Angola. Para a directora, a assinatura do memorando vai ainda permitir angariar outras cargas e potenciar também transporte no sentido inverso de Angola para China.

A Sécil quer igualmente atingir o mercado indiano através desta cooperação. “Pretendemos cobrir as cargas da China e da Índia e levar uma presença forte a nível da Ásia”.

1.4 Vice-governador defende créditos no combate à pobreza

Independente...29-10-05

O vice-governador do Huambo para a Esfera Produtiva e Económica, Henriques Barbosa, afirmou, na povoação do Lunje, Bailundo, que a redução dos níveis de pobreza e de miséria das famílias do meio rural passa pela concessão de créditos. Esses créditos, segundo o governante, devem servir para que as famílias rurais possam adquirir produtos agrícolas e, com a produção, aumentarem as suas rendas.

Falando durante uma cerimónia que marcou o lançamento oficial do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDER) na província e, igualmente, o início do ano agrícola 2005/2006, o governante referiu que o Governo continua empenhado em contribuir decisivamente para a redução da pobreza e para a organização da produção nas comunidades.

De acordo ainda com aquele HB, este programa pretende igualmente incentivar as famílias camponesas a produzirem alimentação suficiente para a sua auto-subsistência, combater a desnutrição e a criação da segurança alimentar das comunidades.

1.5 Mais transparência só depois de um acordo com o FMI

Capital...29-10-05

Só depois de um acordo com o FMI é que o Governo angolano deverá aderir às iniciativas internacionais que promovem a transparência na gestão das receitas

petrolíferas, disse o ministro das Finanças citado pela revista «The Economist»

O Ministro das Finanças de Angola, José Pedro de Morais, considerou «um grande esforço» o que o Banco Mundial (BM) tem feito, em Angola, mas advertiu que a reconstrução do país requer muito mais dinheiro do que aquele que tem sido disponibilizado por tal organização. Citado pela versão online da prestigiada revista «The Economist», ao comentar o valor de 205 milhões de dólares, disponibilizados pelo BM para apoiar a reconstrução de Angola ao longo deste ano, o governante exclamou: «tratase de um grande esforço, mas 205 milhões é o meu fundo de maneo para uma semana».

No seu depoimento ao jornalista John Reed, o ministro das Finanças reconheceu que Angola, não obstante ao recurso a empréstimos garantidos com petróleo, ainda precisa de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) sobretudo para regularizar a dívida do país com os credores do Clube de Paris, cujos atrasados andam a volta dos 1.5 a 1.8 biliões de dólares.

«Precisamos de discutir essa dívida, precisamos de uma espécie de acordo com esta dívida», comentou Pedro de Morais. A este aspecto, o governante angolano manifestou o optimismo de que Angola alcance brevemente um acordo com o FMI. Ao que disse, o acordo para um programa de desenvolvimento, monitorado por técnicos do Fundo, não deverá passar de 2006. «Vamos acabar ... por chegar a um acordo em meados do próximo ano», disse o ministro que, segundo a «The Economist», foi entrevistado no seu gabinete, recentemente reabilitado por uma firma chinesa. «Se existir uma flexibilidade do lado do FMI, vamos, definitivamente, ter um programa de desenvolvimento monitorado antes disso». Angola planeja aderir aos esforços da Grã-Bretanha, para combater a corrupção em países ricos em recursos minerais, só depois de ter garantido um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), tal como condicionou José Pedro de Morais. Uma vez garantido o programa do FMI, Angola poderá «aderir a todas essas iniciativas que têm sido desenvolvidas por vários países», disse. Incluindo a iniciativa do Reino Unido conhecida como EITI sigla inglesa para Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva. A acontecer, este passo representará uma vitória para as organizações que pressionam o Governo angolano a gerir as suas largas reservas de petróleo e diamante mais responsavelmente. «Espero que seja verdade, vamos esperar para ver», comentou Sarah Wykes, uma activista da Global Witness, organização não governamental que tem sido extremamente crítica com o Governo de Angola. Angola é o segundo maior produtor de petróleo da Á-

frica Subsariana depois da Nigéria, com uma capacidade de produção de cerca de 1.3 milhões de barris por dia. Trata-se do único país que reivindicou um estatuto de «observador» junto da iniciativa EITI, que foi estabelecida em 2003 para pressionar os países a combater a pobreza e promover o desenvolvimento. Em vários anos de negociação, iniciada em 1997, Angola e o FMI falharam em concluir os termos de um acordo, sobretudo pelo facto de o fundo não ter tido acesso a informações sobre a gestão das receitas da exploração mineral. Depois do último round de conversações, em Julho, o corpo directivo orientou para «fortalecer a transparência a nível dos seus vastos recursos petrolíferos, além de tantos outros».

Alguns membros do Governo de Angola disseram recentemente que se pretende garantir a revelação do volume de receitas. «A liderança política baseia-se em dois pensamentos, pode representar até uma perda de soberania mas é, também, o único meio para recuperar o prestígio internacional e uma integração normal do país no contexto económico mundial», disse um diplomata ocidental.

Por força da sua saúde mineral, Angola constitui um caso delicado para os parceiros internacionais que tentam promover a boa governação. Tal como na Nigéria, as receitas petrolíferas impulsionaram o produto interno bruto per capita, o que quer dizer que não tarda terá de recorrer a empréstimos concessionais do FMI. No ano passado, a China disponibilizou para Angola uma linha de crédito de 2 bilhões de dólares para reconstruir as infra-estruturas degradadas pela guerra, numa taxa generosa que está 1.5 pontos acima daquilo que se oferece nos bancos londrinos. O banco francês Calyon gere um empréstimo de 2 bilhões de um sindicato de bancos europeus para a Sonangol, cuja contra partida são carregamentos de petróleo para a congénere chinesa Sinopec.



1.6 Luta contra pobreza consome USD 118 milhões

Jornal de Angola... 26-11-05

O programa de Luta contra Pobreza Urbana (LUPP), cuja primeira fase de execução do projecto começou em 1999 e terminou em 2001, gastou já 18 milhões de dólares em acções de abastecimento de água, saneamento básico, micro-finanças e micro-crédito, aos municípios do Cazenga, Sambizanga, Cacuaço e Kilamba Kiaxi.

Financiado pelo Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID), a segunda fase do projecto, iniciada em 2001, vai consumir, até 2006, mais 18 milhões de dólares em acções do género.

De acordo com Adérito Mohamed, da unidade de coordenação do LUPP, a implementação do projecto nos quatro municípios de Luanda está a cargo das Organizações Não Governamentais Development Workshop (DW), Care internacional e Save the Children. No quadro deste programa, nos municípios do Cazenga e Sambizanga, a DW concebeu um projecto eficaz de abastecimento de água às populações mais carenciadas, através da construção de chafarizes públicos. Para sustentabilidade do projecto, criaram-se associações de comités de Água que fazem a gestão das infra-estruturas.

Segundo a secretária da Associação dos Comités de Água, Alice Domingos, 60 chafarizes funcionam actualmente nas comunas do Ngola Kiluanji (município do Sambizanga) e Hoji-ya-Henda (Cazenga). Antes da implementação deste projecto (2003), frisou, a vida dos munícipes era muito difícil, pois, além de consumirem água não tratada, tinham que percorrer longas distâncias para obter o líquido.

Agora, segundo a responsável, a situação mudou completamente, porque mais de 11 mil pessoas beneficiam de água tratada deste projecto inovador da Development Workshop, Fruto das acções do LUPP, a DW e outras ONG engajadas no projecto realizam com frequência acções de formação com as administrações municipais para o reforço da capacidade institucional das mesmas, a par destes programas, as ONG estão a implementar na comuna do Hoji-ya-Henda (município do Cazenga) um Programa de infância Comunitária (PIC) projecto que assiste actualmente mais de 600 crianças.

De acordo com a presidente do projecto, Maria Mateus, a iniciativa em apoiar as crianças surgiu há dois anos, depois de se ter verificado que muitos bebés eram obrigados a acompanhar as suas mães aos locais de

trabalho, principalmente aos mercados informais.

A iniciativa teve o apoio do Ministério da Reinserção Social e da ONG Candengues Unidos. Nos centros controlados pelo PIC, os petizes recebem educação infantil e a preparação pré-escolar

2 GOVERNAÇÃO E ELEIÇÕES

2.1 NDI, IRI e RE formam activistas

Agora...29-10-05

As leis eleitoral, dos partidos políticos, de observação, do registo eleitoral, da nacionalidade, da comunicação social, do financiamento dos partidos, das associações, de código de conduta eleitoral, entre outras, estiveram no centro das discussões de um seminário organizado pelo NDI, IRI e Rede Eleitoral, para formar pessoas relevantes da sociedade civil, partidos políticos e órgãos de gestão eleitoral, relativamente ao pacote eleitoral recentemente aprovado, sistema nele descritos e outros aspectos essenciais a serem levantados, bem como permitir uma melhor compreensão da estrutura legal das eleições, do papel dos diferentes actores políticos e sociais, seus direitos e deveres.

Ao debruçar-se sobre o "Sistema eleitoral de Angola", Bárbara Smith, destacou que "as leis eleitorais tratam das eleições presidenciais e legislativas e não das autárquicas, sendo uma revisão das leis de 1992", acrescentando que "as versões mais são baseadas no anteprojecto do MPLA, mas com revisões substanciais depois de dois meses de debate pela comissão interparlamentar. Estas revisões incluem vários pontos que a Rede Eleitoral defendeu" - particularmente no que diz respeito à Lei de Observação",- referiu.

Aquela especialista do NDI sublinhou que quanto à avaliação, às leis podem ser analisadas de acordo com com o grau de conformidade com os padrões internacionais, sublinhando que "Os guias da SADC, a declaração internacional de direitos humanos, a convenção de direitos civis e Políticos, todos documentos assinados pelo Governo de Angola e portanto, implementados na lei (eleitoral), sendo que "adicionalmente as leis têm que aderir à Constituição de Angola." Quanto ao sistema eleitoral Bárbara Smith sublinha que "é o conjunto de normas jurídicas que regulam a conversão de votos obtidos numa eleição em mandatos no poder político. Estas normas exprimem as várias "opções políticas relativamente à capacidade eleitoral,

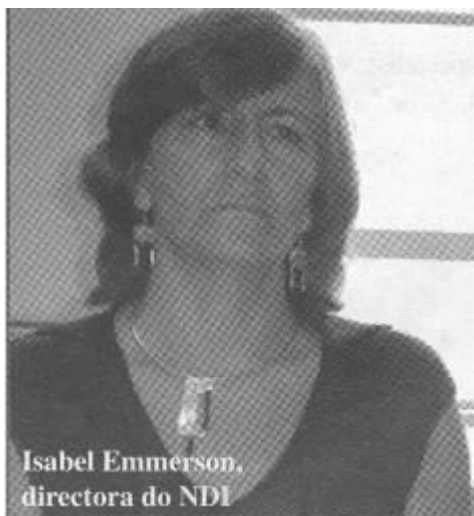
divisão do território em círculos eleitorais, número e distribuição dos mandatos, bem como modos de apresentação de candidaturas, votação, contagem e apuramento dos resultados eleitorais, entre outros.

A especialista esclareceu que o princípio electivo é o sufrágio universal igual, directo, secreto e periódico. Em relação ao sistema das eleições presidenciais, a especialista cita que "existe um círculo eleitoral nacional único e que o Presidente da República é eleito num sistema de maioria absoluta a duas voltas, acrescentando que se nenhum dos candidatos obtiver a maioria de votos prevista na primeira volta, proceder-se-á a uma segunda volta com os dois candidatos mais votados. Em relação mandato presidencial, informa que tem a duração de cinco anos e termina quando tomar o novo presidente eleito.

Socorrendo do artigo 59º da Lei Constitucional e 17º da Lei Eleitoral B. Smith destaca que o presidente pode exercer o cargo durante 3 mandatos consecutivos ou interpolados A palestrante referiu, baseando-se no artigo 42 da mesma lei, que "as candidaturas são apresentadas por partidos políticos ou coligações de partidos legalmente constituídos ou por um mínimo de 5 mil ou um máximo de 10 mil cidadãos eleitores."

No que se refere aos sistema eleitoral das legislativas argumentou que os deputados são "eleitos segundo o sistema de representação proporcional" existindo "um círculo nacional que ele, 130 dos deputados e 18 círculos, uma para cada província que ele cinco deputados", observando ainda que " existe um círculo eleitoral exterior que elege três deputados(dois pela zona África e um pelo resto do mundo)."

Já em relação ao registo eleitoral, a directora do NDI, Isabel Emerson frisa que "é um dos três requisitos para a realização das eleições, bem como a existência da CNE, CPE e lista de todas as pessoas com direito a voto (lista dos eleitores).



2.2 Exoneração e nomeação administradores municipais

Jornal de Angola...28-10-05

O governador da provincial de Luanda, Job Castelo Capapinha, procedeu ontem, a alterações dos administradores dos nove municípios da capital.

Assim, exonerou os administradores Municipais Mateus Antónia da Costa (Cazenga), José Alberto Kipungo (Ingombota), Eduardo Costa Gabriel (Samba), Baltazar de Oliveira Domingos do (Kilamba Kiaxi), José Joaquim de Oliveira (Rangel), Júlio Sebastião F. de Carvalho (Viana), José Leitão Ribeiro (Sambizanga), Eduardo Fernando (Maianga) e Agostinho Miguel Lima (Cacuaco). Entretanto, no mesmo despacho, o governador nomeou Fernando Domingos Miguel para o cargo de administrador municipal do Cazenga, Júlio Sebastião de Carvalho para a Ingombota, Eduardo Costa Gabriel para o Cacuaco, Genoveva Policarpo para a Maianga e José Francisco Barros Rank Frank para o Kilamba Kiaxi.

Para o município do Rangel foi nomeado ao cargo de administrador João Domingos, Samba, Mateus António da Costa, Sambizanga José Eduardo Reis e Viana José Pedro Alberto. Ainda de acordo com o despacho n.º 102/04 de 10 de Setembro, foi exonerado o administrador municipal adjunto da Ingombota, Francisco Salazar.

Deste modo, foi nomeado para coordenador da comissão executiva provincial para o processo eleitoral, junto do governo da província de Luanda, Agostinho Miguel Lima, que anteriormente exercia o cargo de administrador do Cacuaco, enquanto que Manuel Hermógenes Lopes vai desempenhar as funções de director dos Transportes, Correios e Telecomunicações

no GPL.



2.3 Seminário sobre Lei Eleitoral aborda estrutura e autoridade da CNE

ANGOP...20-10-05

Os participantes do seminário de capacitação sobre pacote legislativo eleitoral, iniciado quarta-feira, na capital do país, analisam hoje a estrutura e autoridade do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e dos órgãos de gestão eleitoral.

Promovido pelo Instituto Democrático para os Assuntos Internacionais (NDI) e o Instituto Republicano Internacional (IRI), o evento, com término sexta-feira, propõe-se capacitar representantes da sociedade civil, de partidos políticos e órgãos de gestão eleitoral relativamente ao pacote legislativo eleitoral, recentemente aprovado pela Assembleia Nacional.

Deste modo, os participantes farão uma introspecção à Lei Eleitoral, dos Partidos Políticos, de Observação, do Registo, da Nacionalidade, o Código de Conduta Eleitoral, Regulamento da Lei Eleitoral e Estrutura Orgânica do Registo Eleitoral.

Na cerimónia de abertura, a directora do NDI em Angola, Isabel Emerson, fez saber que a ideia é permitir a análise técnica das leis constantes do pacote, por forma a que os diferentes actores, sejam membros de partidos políticos, de organizações da sociedade civil e outros interessados tenham conhecimento profícuo das mesmas

2.4 Calendário de preparação das eleições está muito apertado»

LUSA... 21-10-05

O coordenador da Comissão Inter-Ministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), Virgílio Fontes Pereira, considerou «muito apertado» o calendário de preparação das próximas eleições em Angola, mas admitiu que ainda é possível a sua realização em 2006.

«De acordo com o presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), que tem mais experiência que eu, podemos ainda manter o objectivo de 2006 para as eleições, mas vamos lidar com um calendário muito apertado para a realização das tarefas de preparação do acto eleitoral», frisou. Virgílio Fontes Pereira, ministro da Administração do Território, falava aos jornalistas à margem de uma reunião com autoridades tradicionais das 18 províncias angolanas para analisar o processo de preparação das eleições.

O coordenador da CIPE admitiu, tal como tinha anteriormente avançado o presidente da CNE, Caetano de Sousa, que o recenseamento dos eleitores apenas deve começar em Janeiro. Inicialmente, o Governo pretendia realizar o recenseamento eleitoral durante a estação seca, entre Maio e Setembro, mas os atrasos na aprovação da Lei Eleitoral e, conseqüentemente, da posse da CNE, inviabilizaram esta intenção. Actualmente está a decorrer em todo o país a tomada de posse das comissões provinciais eleitorais e dos gabinetes municipais eleitorais, estruturas que vão acompanhar localmente a preparação do acto eleitoral, prevendo-se que o processo fique concluído em Novembro. Relativamente ao encontro que manteve com sobas de todo o país, Virgílio Fontes Pereira defendeu a necessidade de um empenhamento das autoridades tradicionais na educação cívica e na mobilização das populações para participarem no processo eleitoral. Nesse sentido, recordou que a legislação eleitoral angolana atribui às autoridades tradicionais um papel «muito importante», já que lhes compete identificar, nas zonas rurais, os cidadãos com capacidade para votar.

«É uma responsabilidade muito grande», salientou o ministro, reafirmando, por outro lado, a importância que o governo atribui ao programa de educação cívica que será realizado em simultâneo com o recenseamento dos eleitores. Em declarações públicas anteriores, Virgílio Fontes Pereira tinha já destacado a importância do envolvimento das autoridades tradicionais para levar as populações das zonas rurais do interior do país a perder o medo de eleições.

Os sobas têm vindo a alertar as autoridades governamentais para este problema, alegando que as populações receiam que a realização das eleições venha a provocar um novo conflito armado no país, tal como aconteceu em 1992, na sequência da recusa dos resultados eleitorais pela UNITA.

3 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

3.1 Universidades vendem gato por lebre

Cruzeiro do sul...15-10-05

Vinte propostas de criação de universidades privadas estão a ser analisadas por órgãos do Estado. Se o Ministério da Educação e o Conselho de Ministros as aprovar, Luanda contará com mais dezanove instituições do ensino superior, ao passo que a Huíla terá apenas mais uma. As restantes províncias, dezasseis ao todo, contentar-se-ão com nenhuma. Estas informações são fornecidas pelo vice-ministro da Educação para o Ensino Superior, Adão Nascimento, na entrevista que inserimos abaixo.

CS: Como é que os princípios e os objectivos da universidade evoluíram do período colonial aos nossos dias?

AN: Evoluiu muito. Em 1977, a direcção política do país introduziu reformas que mudaram radicalmente os princípios, os objectivos, a estrutura e o perfil dos currículos do sistema educativo em todos os níveis do ensino. Era uma política educativa nova, baseada na realidade nacional, na cientificidade, na democracia e proporcionou, de imediato, o aumento ininterrupto do número de alunos e estudantes em todos os níveis, em larga escala. Em 1986, com base num diagnóstico, lançámos as bases para a estabilização do sistema educativo em execução e a promoção de um outro, novo, que surgiu em 2001 com a lei 13/001 de 31 de Dezembro. Uma das maiores dificuldades era a falta gritante de professores em todos os níveis. Para resolver este problema de imediato, numa primeira fase, contratámos docentes estrangeiros. Mas estávamos conscientes que esta não era a melhor solução. Procurámos, então, formar e admitir professores nacionais e substituir, paulatina e estrategicamente, os estrangeiros. Hoje, com uma nova orientação estatal de desenvolvimento político e económico, assistimos a intervenção do sector privado no domínio da educação e ensino, incluindo o ensino superior. Contam-se já

cinco instituições do ensino superior privadas, que, com o Instituto de Relações Internacionais e a Universidade Agostinho Neto, cobrem no total quarenta mil estudantes e movimentam dois mil professores. Hoje, para além de Luanda, Huambo e Huíla, o ensino superior está presente em Cabinda, Benguela, Uíje, na Lunda Norte, Lunda Sul, no Namibe.

CS: Temos uma universidade mais consentânea com as necessidades e os anseios dos angolanos?

AN: Isto é um processo que nunca é plenamente consumado. É um desafio permanente dos decisores, dos políticos, dos gestores, dos diferentes actores educativos no terreno, nomeadamente dos professores. Estamos contentes com o que temos, porque, até certo ponto, corresponde com as possibilidades que o Estado e o sector têm neste momento. À medida que essas possibilidades crescerem vamos adequar mais e mais o ensino e a educação às necessidades e as especificidades da realidade nacional. Estamos conscientes da necessidade de proporcionarmos uma formação mais pertinente para o formando, para as comunidades onde as instituições de ensino estão inseridas, para o país e para os diferentes sectores da economia nacional. Há dias assistimos à entrega de diplomas ao último grupo de licenciados do curso de direito da Universidade Agostinho Neto. Eu tenho a certeza de que muitos deles, pelo comportamento, assim como tem acontecido com as gerações anteriores de licenciados em todas as áreas do saber, lá onde viverem e trabalharem, vão dar bom testemunho da formação que receberam. As necessidades são enormes e vamos responder-lhes de maneira planificada e metódica por forma a assegurar a qualidade.

CS: Para além das que já existem, às quais o sr. vice-ministro se referiu, há alguma proposta que aponta para a criação de mais universidades privadas?

AN: Neste momento, temos cerca de duas dezenas de propostas de promotores privados que pretendem criar cada um uma universidade. Na verdade, alguns dos proponentes, mesmo sem estarem licenciados, abriram as suas universidades e começaram a leccionar em desobediência à lei. O ano passado decidimos definitivamente estancar o surgimento de mais universidades em situação de ilegalidade e, muito brevemente, vamos corrigir a situação das instituições que estão a funcionar à margem da lei.

CS: O que vai acontecer às propostas que receberam?

AN: Toda e qualquer proposta do género passa em dois momentos sequenciais. Primeiro, analisam-se os projectos e os respectivos argumentos e, depois, os peritos do Ministério da Educação visitam e entrevistam os promotores dos projectos para se

certificaram das condições declaradas nos documentos. Após isso, consoante é deferido ou indeferido, a proposta transita ou não para o Conselho de Ministros, órgão do Governo com competência para criar instituições do ensino superior no país...

CS: Onde é que os promotores querem instalar as suas universidades?

AN: Todos os promotores querem instalar as suas universidades em Luanda. Só um grupo pretende fazê-lo na Huíla. Ora, neste momento, Luanda já concentra uma parte substancial da oferta educativa de nível superior no país. Por força disso, quase todos os jovens das restantes províncias que desejam continuar a estudar, depois de completar o ensino médio ou pré-universitário, são obrigados a deslocar-se para a capital. E a maioria das propostas tende a agravar esta situação que é geradora de desequilíbrio e injustiça social. O Estado, interessado como está que o sistema educativo se desenvolva de forma equilibrada em toda a extensão nacional, não pode caucionar isso e, por conseguinte, o Ministério da Educação não apoia a concentração de ofertas formativas numa única região do país. O reforço da coesão social depende largamente da oportunidade real de acesso ao ensino. E o sector privado, em sintonia com o Estado, pode ajudar a multiplicar tais oportunidades em todo o país de forma equilibrada.

CS: O Estado vai indeferir todas as propostas por estarem quase todas concentradas em Luanda?

AN: Não. A avaliação de um projecto não se limita apenas a identificação do lugar em que se pretende implementá-lo. Os critérios são vários. Agora, é inegável que a concentração, seja de que serviço ou produto for, numa única região é uma questão preocupante para o Estado. Aliás, quando interpelámos os promotores e tentámos colocá-los ao corrente da situação, todos se mostraram estupefactos, embora explicassem que, do ponto de vista financeiro, Luanda é mais atractiva. Acontece que o objectivo do Estado é superior aos interesses económicos dos particulares, podendo até reorientá-los em caso de necessidade social. Dentro em breve, o Ministério da Educação vai submeter ao Conselho de Ministros um plano de expansão do ensino superior que procurará corresponder às necessidades reais de desenvolvimento nacional e respeitar o classificador nacional das profissões. Todas as iniciativas privadas orientar-se-ão por esse instrumento.

CS: Concretamente, quando é que esse plano estará elaborado?

AN: Este ano. Estamos a trabalhar para isso.

CS: Na óptica do Governo, por que querem os privados investir no ensino superior?

AN: Há várias razões. Muitos dos promotores são professores universitários de carreira e, certamente, carregam consigo o desafio de contribuir para a formação dos angolanos. É um desafio salutar, que é partilhado por algumas instituições privadas com capacidade económica real ou possibilidade de mobilizar meios que possam suportar as iniciativas dos promotores. O Estado não pode deixar de apoiá-los. Mas também não faltam motivações reprováveis, que, enganando o povo e o Estado, lhes vendem gato por lebre. São motivações que ignoram a organização administrativa, académica e pedagógica.

CS: Está a falar certamente com base em constatações, sr. vice-ministro.

AN: Já não é preciso ter olhos de perito para se aperceber disso. São situações que nos rodeiam a todos, das quais o povo, como primeiro interessado, tem bom domínio e denuncia junto das instâncias de direito e dos meios de comunicação social.

3.2 Crianças órfãs têm futuro garantido

Independente...15-10-05

Muitas crianças foram encontradas em estado de saúde preocupante, mas a sua instituição conseguiu trata-las, lentamente, dando apoio humano e material.

O centro de apoio social Arnald Janssen, também conhecido por Padre Horácio tem sensibilizado e motivado as crianças que aí residem e não só no sentido de deixarem os vícios que encontraram na rua, incluindo o uso da droga. Segundo o padre Pedro Horácio, em 1993 haviam muitas crianças deslocadas em Luanda e a congregação a que pertence decidiu criar um acampamento na Ilha de Luanda para albergá-las. Diz ainda que "quase um ano mais tarde viemos para o Palanca também em regime de acampamento e quatro anos depois surgiu um doador que construiu as instalações definitivas onde actualmente está o nosso centro".

De acordo com o interlocutor, muitas crianças foram encontradas em estado de saúde preocupante, mas a sua instituição conseguiu tratar lentamente delas, dando apoio humano e material. "E esta foi uma das melhores alternativas que nós encontramos naquela altura para ajuda-las", lembra. Antes de construído o centro as crianças sobreviviam como podiam, a volta de lixeiras, próximas de hotéis ou de grandes empresas existentes na capital do país, conforme revelou aquela entidade eclesíástica, tendo acrescentado que, as crianças

internas, têm o acompanhamento dos educadores sociais, beneficiam de formação académica nas escolas estatais e formação profissional naquela instituição.

"Depois de crescidas as crianças são devolvidas às famílias e aquelas que não têm família beneficiam de uma formação académica e profissional mais completa e tentamos dar-lhes uma vida mais autónoma e um lugar para viver para que possam gerar sua própria vida, sublinhou o Padre. Segundo apuramos, o centro Arnald Janssen tem tido apoios da Santa Casa da Misericórdia, da Bp, do PAM, da Fenícios e de outras instituições governamentais e não governamentais. Ainda assim, a instituição debate-se com a falta de material de higiene, roupas, calçados e acrescentado que, as crianças internas, têm o acompanhamento dos educadores sociais, beneficiam de formação académica nas escolas estatais e formação profissional naquela instituição.

De recordar que, a atribuição do nome Arnald Janssen ao referido centro surge em homenagem ao fundador da congregação Servas do Espírito Santo da qual pertence o padre Horácio um dos grandes edificadores do projecto, conforme revelou o nosso interlocutor. "Além disso, dando este nome ao centro há maior facilidade em conseguir apoios nas congregações do exterior do país".

O centro Arnald Janssen existe desde 1998 e tem como objectivo estar sempre ao serviço dos mais necessitados, em particular das crianças por serem as mais vulneráveis. Funciona em regime de internato, tem aproximadamente duzentas crianças internas e cento e quarenta externas. Este lar de acolhimento está situado no município do Kilamba-Kiixi, bairro Palanca.

3.3 País lançou campanha de prevenção especial nas escolas

Jornal de Angola... 25-10-05

No âmbito da prevenção primária, Angola lançou em Setembro deste ano, uma Campanha Nacional de Sensibilização sobre o HIV/Sida nas escolas, por forma a melhorar atitudes preventivas de 600 mil estudantes da faixa etária entre os 10 e os 18 anos.

Esta acção massiva do Ministério da Educação constitui um catalizador para o incremento de novas intervenções preconizadas pela Campanha Global por forma a reduzir em mais de 50% o aparecimento de novas infecções entre os jovens até ao ano de 2010.

Tendo como principal parceiro o Unicef, esta grande campanha vem crescer a anteriores iniciativas no

campo preventivo, que incluem o apoio a ONG que facilitam o diálogo e a livre expressão dos jovens, a abertura de 12 jangos juvenis contra a Sida em todo o país e a concepção e divulgação de materiais de comunicação.

“Angola pode considerar-se feliz por ainda ter uma oportunidade única de interromper o alastramento da epidemia,” afirmou Mário Ferrari, representante do Unicef. Acrescentou que: “Mas para isso, o país precisa de iniciar uma resposta rápida e multi-sectorial para controlar as actuais taxas de seroprevalência e reverter o quadro da infecção pelo HIV.”

Na área da prevenção da transmissão de mãe para filho, o Governo criou nos centros materno-infantis de Luanda e do Cunene serviços que contemplam mulheres grávidas seropositivas com assistência médica e medicamentosa antiretroviral, e que vai prosseguir após o parto para prolongar a vida das mães e desse modo a convivência com os recém-nascidos. Num horizonte temporal muito breve, esse serviços vão beneficiar também as províncias de Cabinda, Huíla, Benguela e Uíje.

“Uma das frentes cruciais na luta contra a Sida é o estigma que provoca o medo de ir fazer o teste, pelo temor da marginalização social,” explicou Ducleina Serrano, directora do Instituto Nacional de Luta contra a Sida. “Lançamos um apelo a toda as pessoas no sentido de abolirem a discriminação dos seropositivos, pois cria um ciclo perverso que mina os esforços para reduzir os níveis de infecção e reverter a propagação do HIV”, referiu. Tratamento pediátrico antiretroviral começou a ser já uma rotina no Hospital Pediátrico Dr. David Bernardino, de Luanda. A iniciativa da Campanha Global pretende induzir a um aceleração da terapia pediátrica antiretroviral para se atingir 80% de cobertura em todo o país até 2010. Segundo o Dr. Alberto Stella, coordenador da Onusida em Angola, “o sucesso da Campanha Global aqui em Angola vai depender do trabalho de equipa a nível de todos os agentes implicados nesta batalha contra a epidemia, já que ela oferece uma oportunidade para a programação conjunta em torno do tema das crianças e a Sida.” Na área de protecção aos órfãos e crianças vulneráveis vivendo num mundo com HIV/Sida, o Minars está a implementar a fase dois do processo de Avaliação Rápida, Análise e Plano de Acção, com vista a obter um quadro realístico da situação, sobre o qual delinear futuras intervenções.

“Estamos certos que o Governo angolano, ao abraçar as razões óbvias desta Campanha Global, vai mobilizar mais recursos internos para programas que beneficiem as crianças angolanas afectadas pelo HIV/SIDA, pois

assim o país poderá marcar a diferença nos seus esforços por uma geração livre da Sida,” disse o coordenador do Sistema da ONU em Angola, François Pierre Pirlot.

3.4 Protecção à mulher adolescente

Jornal de angola...25-10-05

Ilumba é a palavra em língua nacional kimbundu que significa menina. Em 2001, o Ministério da Assistência e Reinserção Social (Minars) concebeu o centro social com este nome, para acolher, acompanhar e apoiar adolescentes e mães adolescentes em situação difícil e de risco e facilitar a sua reinserção familiar e social. Esta acção permitiu mudar a vida de muitas raparigas, mas foi interrompida no ano passado, por falta de dinheiro. Enquanto não retoma a sua actividade principal, o Centro Social Ilumba, em parceria com a Casa Pia de Luanda, apostou na formação profissional das raparigas para ajudá-las a entrar no mercado de emprego.

Fátima Gourgel

Com 19 anos, em 2001, Florinda Cazengo, natural do Kwanza-Sul, não sabia ler nem escrever. Ela vivia com o marido e o filho de dois meses no bairro Cassenda, em Luanda. O casal não trabalhava e sobrevivia com os rendimentos obtidos em pequenos trabalhos que o esposo fazia. Ela ficava em casa, sem fazer nada, porque o dinheiro não chegava, sequer, para começar um pequeno negócio à porta de casa.

O pai de Florinda é falecido e a mãe, com quem chegou a Luanda quando tinha dois anos, não possuía uma residência fixa e, às vezes, a jovem desconhecia o seu paradeiro. Ao ver a situação difícil em que Florinda vivia, uma vizinha aconselhou-a a procurar uma instituição, inaugurada no bairro Alvalade, que ajudava raparigas em situação difícil ou em risco. Ela foi, com o seu bebé, até àquele bairro e, na rua António Francisco Pinto, dentro do espaço onde actualmente funciona o Julgado de Menores, descobriu o centro social Ilumba. Ficou a saber que esta última palavra é o significado de menina na língua nacional Kimbundu, daí que a instituição também é denominada “centro das meninas”.

Florinda afirma que foi muito bem recebida e que esse dia marcou o início de uma nova fase da sua vida. No local, teve acesso ao serviço social, que compreendia atendimento diário, acompanhamento psicológico e encaminhamento de casos (familiar e institucional), com vista à inserção e resgate da auto-estima das raparigas na sociedade. No Ilumba Florinda teve direito a aulas de alfabetização, alimentação, assistência médica

e um espaço infantil, onde o filho era cuidado, enquanto ela aprendia a ler e a escrever. No fim do dia, mãe e bebê regressavam a casa.

Como Florinda, 398 raparigas foram recebidas no Centro das Meninas, onde até 2004 receberam educação, amizade, apoio, conselhos e conhecimentos em matérias sobre VIH/Sida, drogas e artes.

O fim de um trabalho de sucesso

No ano passado, tudo o que Florinda e as outras raparigas tinham direito foi interrompido por falta de recursos financeiros. As jovens foram encaminhadas para outras instituições do género. O centro social Ilumba passou a ser financiado pela cooperação francesa. Os técnicos do Minars contavam com a colaboração das Irmãs Oblatas, da comunidade católica espanhola, e da Organização Não-Governamental italiana CIES, encarregue da gestão inicial do projecto. Aos funcionários cabia efectuar campanhas de sensibilização e mobilização das raparigas que viviam na rua, para incentivá-las a procurar o Ilumba. Quem lamenta o fim desta actividade inicial do centro é Justino Vicente, 39 anos, que dirige a instituição há quase dois meses. O responsável recorda a dinâmica do trabalho quando recebiam as raparigas, o alívio de algumas quando percebiam que teriam apoio psicológico, um local para deixar os filhos, atendimento médico diário...

O responsável não esquece ainda a felicidade que viu no rosto daquelas que beneficiaram de micro-crédito e puderam começar um negócio para sustentar a família. Para Justino Vicente, todo o trabalho foi um sucesso, que está reflectido na consideração das raparigas pelo local. “Têm-no como uma grande referência. Nunca se esqueceram da casa”, frisou. Actualmente, três técnicos sociais, uma técnica média de saúde, um médico, uma técnica responsável pelo secretariado, uma empregada de limpeza e uma técnica de infância garantem o funcionamento do Ilumba. Segundo Justino Vicente, para voltar a implementar o seu objecto principal, a instituição precisa de mais recursos financeiros e humanos. O Ilumba destacou - é um projecto que merece atenção especial para fazer sentir a sua existência. Enquanto a situação não muda, Justino Vicente garante que continuarão disponíveis para ajudar a encaminhar para outras instituições do género e/ou a dar formação profissional a quem, como Florinda Cazengo, for bater a porta da instituição à procura de ajuda.

A oportunidade vinda da Casa Pia de Luanda

Actualmente, Florinda tem 23, estuda a 4ª classe e frequenta o curso de manicure e pedicure, ministrado

no centro, no âmbito do projecto de parceria do Ilumba com a Casa Pia de Luanda. Quando, em 2004, a actividade do centro foi interrompida, Florinda acabou transferida, com mais cinco raparigas, para outro centro do género, onde continuou a ter aulas. “É muito bom saber ler e escrever” frisou.

Em simultâneo, tentou trabalhar como empregada doméstica, mas se sentiu prejudicada, porque engomava, lavava, arrumava a casa e, no fim do mês, recebia apenas 50 dólares. Ela chegou à conclusão de que o esforço despedido não era valorizado e desistiu, para continuar apenas a estudar. Sempre que podia, deslocava-se ao Ilumba para saber se a situação tinha mudado. Em Maio deste ano, foi chamada ao centro, para, com 48 outras raparigas, frequentar os cursos de vigilantes de infância e de manicure e pedicure. A jovem escolheu o último, porque gosta de cuidar da beleza das pessoas. “Estou a aprender muito e, quando acabar, quero conseguir emprego num salão”, frisou.

Todas as jovens que fizeram essa opção tinham que ter no mínimo 17 anos, a sexta classe, ser paciente, asseada e gostar de aprender. A última condição levou Madalena das Dores, 19 anos, a optar pelo curso. Madalena, estudante do Instituto Médio Politécnico Alda Lara, não hesitou em seguir o conselho da madrinha para frequentar a acção formativa, porque também já gostava das tarefas de um salão de beleza.

“Acho o curso interessante, e não esperava aprender tanto. Descobri que as infecções nas unhas podem causar doenças graves”, afirmou. Madalena, que pretende trabalhar por conta própria ou em um hotel, promete seguir, à risca, a regra do uso individual do material, bem como deixar de ter as unhas compridas, para não correr o risco de magoar os clientes. A estudante acredita que o curso vai ajudar as raparigas, em particular as mais desfavorecidas, a encontrar mais e melhores oportunidades de emprego. As raparigas do curso de vigilantes de infância, com duração de três meses, devem ter também no mínimo a 6ª classe, passar por uma entrevista na área social do centro e fazer um teste, em que se questionam matérias relativas à primeira infância, para admissão. Na fase final do curso, fazem estágio de um mês em alguns dos centros infantis da cidade. A acção formativa começou em Março do corrente ano e termina em Dezembro de 2006, quando acabar a parceria com a Casa Pia de Luanda. Até ao mês de Setembro, foram formadas 20 vigilantes de infância e 13 técnicas em manicure e pedicure. No fim dos cursos, as técnicas de manicure recebem um kit completo de instrumentos para iniciarem a sua actividade.

O director do Ilumba indicou que, em breve, pretendem efectuar trabalho de acompanhamento das beneficiárias, para constatar como estão a aplicar os conhecimentos adquiridos. Justino Vicente realçou a importância da formação profissional que as raparigas estão a adquirir, com vista à sua inserção no mundo do emprego.

Além da formação, as raparigas têm direito ao pequeno-almoço, suportado pela verba de 20 mil dólares que o Minars disponibiliza anualmente, e assistência médica todas as sextas-feiras. Florinda Cazengo agradece tudo o que agora lhe é proporcionado, mas não consegue deixar de sentir saudade do que foi o Ilumba até o ano passado; de como a instituição ajudou muitas raparigas a de-sistir da prostituição, da droga e contribuiu para que agora tenham um lar. Florinda lembra que no “Ilumba” aprendeu a ler e a escrever, cuidaram do seu filho e proporcionaram ao marido a oportunidade de frequentar um curso de electricidade, para trabalhar e sustentá-los. “Esse centro é algo muito importante na minha vida”, sublinhou.

Por Dentro

O centro social Ilumba foi concebido pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social (Minars). A instituição foi inaugurada a oito de Dezembro de 2001, pela primeira Dama de Angola, Ana Paula dos Santos. O “Ilumba” foi aberto com o objectivo principal de acolher, acompanhar e apoiar as adolescentes e mães adolescentes em situação difícil e de risco, na faixa etária dos oito aos 21 anos, e facilitar a sua reinserção familiar e social.

A instituição apostou na promoção do desenvolvimento harmonioso e integral da personalidade da adolescente e da criança, no incentivo à prevenção das doenças cor-rentes, elaborando um programa de sensibilização e educação na área da saúde e facilitar o atendimento médico. O fortalecimento do vínculo afectivo entre as mães e as crianças, bem como o de-senvolvimento integral das adolescentes em situação de risco, a orientação e a inserção pré-profissional e o acesso ao micro-crédito constituem também pretensões da instituição.

Treze pessoas, entre técnicos sociais, de saúde e empregados de limpeza, garantiam o funcionamento do centro social Ilumba até que a actividade principal foi interrompida, no ano passado

3.5 JMPLA promove debate sobre delinquência juvenil

Jornal de Angola...20-10-05

A problemática da delinquência juvenil é o tema de uma mesa redonda a ser realizada hoje pela JMPLA, no âmbito das suas actividades sócio-económicas.

A ter lugar na sala de conferências do Comité Municipal do MPLA do Rangel, a mesa redonda tem como objectivo criar um espaço de reflexão multidisciplinar das várias questões inerentes à delinquência ou criminalidade, em particular a sua incidência na juventude angolana. Proceder à uma consulta sobre os vários projectos existentes ao nível das entidades estatais e de outras instituições da sociedade civil, com o objectivo de reduzir o envolvimento de jovens na delinquência, constitui outra meta da actividade. A mesa redonda vai ainda reflectir as várias formas de envolver as forças influentes organizadas nas comunidades na luta contra a delinquência juvenil e prevenção dos seus efeitos. Durante a conferência um representante do Comando Geral da Polícia Nacional vai fazer o prognóstico sintético sobre a situação actual da delinquência juvenil no país.

O Ministério da Juventude e Desporto vai apresentar a Problemática da delinquência juvenil no âmbito do programa do Governo de apoio a juventude. Já a Ordem dos Advogados de Angola vai se debruçar sobre as consequências jurídicas do crime. O caso da imputabilidade por menoridade. Por outro lado, o Secretariado Nacional da JMPLA procede amanhã uma visita à escola da Polícia Nacional do Capolo I. Na ocasião, Paulo Pombolo, primeiro secretário nacional da organização juvenil do partido no poder, vai falar sobre os objectivos da campanha de sensibilização da sociedade sobre a delinquência juvenil, bem como do projecto de Exaltação e afirmação do patriotismo que a JMPLA leva a cabo.

3.6 Igreja Católica pode desalojar crianças

Independente...08-10-05

Os ocupantes do lar 11 de Novembro mostram-se descontentes com a Igreja Católica pelo facto de esta pretender reaver as referidas instalações abandonadas após a independência segundo Daniel Alberto, que também reside naquela estrutura, a Igreja Católica deu um ultimato de um ano para que abandonassem o local. Este facto iria causar inúmeros transtornos às crianças, pois aventa-se a hipótese de serem transferidos para o Panguila. Aquele responsável confessou estar bastante preocupado com a situação devido à insistência dos Católicos em apoderar-se das instalações. Revelou que

o Ministério da Educação (MED) encontra-se a negociar com a Igreja Católica a cedência definitiva do local.

O grande problema avançado por Daniel Alberto prende-se com as crianças que ali estudam e que vivem nas redondezas. "Não terão como se deslocarem ao Panguila devido à distância", afirma para depois acrescentar ainda que os petizes penencem a famílias bastante pobres e sem recursos financeiros. Para mostrar a "fúria" da Igreja Católica, o nosso entrevistado disse que a pane do centro onde eram ministrados cursos diversos de formação profissional e aulas do 1º e IIIo níveis foram já recebidas pela Igreja. "Isto implica dizer que neste momento as aulas paralisaram", disse.

O nosso interlocutor realçou ainda que ficaria muito triste caso fossem parar ao Panguila. Por isso pediu o bom senso da Igreja Católica a fim de se chegar a um acordo com o MED. "As crianças são o futuro da nação e da comunidade, razão pela qual não devem parar de estudar", pontualiza. O INDEPENDENTE ouviu Lídia Chicumbo, 14 anos de idade. Ela está no centro há cinco anos e foi enviada pelos seus pais que residem em Luanda por não possuírem condições financeiras para a sua formação académica. Neste momento já sabe ler e escrever frequenta a 8ª classe no Golf 2 e pretende continuar os estudos.

Residem naquela instituição cerca de 150 crianças das quais 40 raparigas e 110 rapazes. Nos últimos meses o centro se vem debatendo com dificuldades alimentares e de vestuários para os educando, segundo concluiu Daniel Alberto.



4 TERRA E HABITAÇÃO

4.1 Demolidas construções anárquicas no K. Kiaxi

Jornal de Angola... 25-10-05

Sete residências, construídas anarquicamente, cujos proprietários desviaram a conduta de água que abastecia a população da comuna do Mbonde Chapéu, foram, recentemente, demolidas pelos funcionários da Administração do Kilamba Kiaxi.

O facto foi anunciado há dias pelo administrador do Kilamba Kiaxi, Baltazar de Oliveira, durante a realização da 13ª Sessão do Fórum de Desenvolvimento do referido município. Baltazar de Oliveira explicou que o acto ilícito foi denunciado por alguns munícipes à administração municipal, que demoliu as residências depois de um aturado trabalho de investigação. Os participantes ao fórum foram, também, informados da fase de construção de cinco fontanários para o abastecimento de água à população da comuna de Mbonde Capéu.

Quanto à distribuição de energia elétrica, Baltazar de Oliveira disse que a Edel colocou à disposição dos munícipes mais 13 postos de transformação que vai permitir abastecer mais residências. No que toca a saúde, anunciou que a conclusão das obras do Hospital Provincial de Luanda, que se localiza no bairro da Camama, está previsto para Dezembro. No bairro do Palanca, segundo o administrador está a ser erguido um centro materno infantil de formas a atender os munícipes.

Em relação à redução à pobreza, a ONG Care internacional leva a cabo um programa de micro finanças virada para a poupanças entre as famílias. Hilda de Jesus Chio, coordenadora de micro finanças da Care, explicou que tem sob controlo 64 famílias que já fazem poupanças com os recursos postos antes à disposição. Entre os beneficiários constam pessoas portadoras de várias deficiências.

Assistiram a abertura do Fórum de Desenvolvimento do Kilamba Kiaxi, alguns administradores provenientes das províncias do Huambo, Huíla, Benguela, Kwanza-Sul, representantes de ONG e a deputada Eduarda Gourgel.

O Fórum de Desenvolvimento do Kilamba Kiaxi, note-se, tem como objectivo discutir as principais preocupações que afectam o município e procurar solução conjunta entre os munícipes e a Administração.

4.2 Primeiras aldeias novas são entregues este ano

As duas primeiras aldeias do Projecto Aldeia Nova, denominadas "Um" e "Dois", em construção no município do Waku-Kungo, província do Kwanza-Sul, serão entregues aos beneficiários ainda este ano.

Em declarações prestadas à Angop, em Luanda, o director geral do projecto, José Cerqueira, informou que as duas aldeias estão praticamente concluídas, esperando-se já a entrega de uma no fim deste mês. Segundo disse, a execução do projecto registou um atraso devido às inundações em época das cheias. Segundo ele, este problema está a ser ultrapassado. "Neste momento temos duas aldeias cujas casas estão em fase de acabamento", disse. De acordo com José Cerqueira, o projecto visa urbanizar a região do Waku-Kungo, província do Kwanza-Sul, e dar às famílias melhores condições de vida, oferecendo-lhes terras aráveis para cultivarem e criarem gado. Adiantou que o projecto vai contemplar 600 famílias, 300 das quais incluem desmobilizados das extintas FAPLA e das forças militares da UNITA. O projecto prevê a integração de 200 outras famílias, para trabalharem em actividades estritamente industriais. Outras 300 são famílias camponesas que já existiam no local e faziam uma agricultura de fraca produtividade. Foram integradas no projecto para melhorarem os seus rendimentos.

A escolha do município do Waku-Kungo deve-se ao facto de, historicamente, ser uma região potencialmente agrícola, factor propiciador do desenvolvimento agro-industrial. O projecto, com custos avaliados em cerca de 70 milhões de dólares, financiados pelo Governo angolano, prevê a reabilitação de 10 aldeamentos para o apoio aos desmobilizados, assim como a criação (directa e indirecta) de postos de trabalho.

4.3 600 famílias recebem casas, terras e gado no Waku-Cungo

RNA.. 24-10-2005

As duas primeiras aldeias, denominadas "Um e Dois", afectas ao projecto Aldeia Nova, a serem reconstruídas no município do Waku-Cungo, província do Kwanza-Sul, serão entregues aos beneficiários até ao final deste mês.

Segundo o director geral do projecto Aldeia Nova, José Cerqueira, o programa visa urbanizar a região do Waku-Cungo, província do Kwanza-Sul, e dar às famílias melhores condições de vida, dando-lhes terra aráveis para o cultivo e criação de gado. A respeito, adiantou que o projecto vai contemplar 600 famílias, 300 das quais desmobilizados das ex-FAPLA e ex-

Forças Militares da UNITA, estando também prevista a integração de 200 outras famílias, para trabalharem em actividades estritamente industriais.

Acrescentou que outras 300 famílias beneficiárias são de camponesas que já vivem no local e faziam uma agricultura de fraca produtividade. Estas foram integradas no projecto, para permitir que melhorem os seus rendimentos.

A escolha do município do Waku-Kungo deve-se ao facto de, historicamente, ser uma região potencialmente agrícola, factor propiciador do desenvolvimento da agró-indústria.

O projecto, com custos avaliados em cerca de 70 milhões de dólares e financiado pelo governo angolano, prevê a reabilitação de 10 aldeamentos para o apoio aos desmobilizados, assim como a criação (directa e indirecta) de postos de trabalhos

4.4 Municípes aguardam novo modelo

Folha 8...15-10-05

Os cidadãos da capital do País depositam esperança no novo modelo de recolha de lixo que arrancou no dia 10.09 para terem em definitivo a cidade menos suja. O município da Ingombota foi o primeiro a experimentar o novo projecto que determina que a recolha deve ser efectuada apenas entre as 18 e 21 horas.

Os dias 8 e 9 de Outubro serviram para a empresa responsável pela limpeza da capital do País, a ELISAL retirar da via publicas os recipientes e colocar os novos que estarão depositados em lugares bem definidos, ou seja em áreas privadas e somente serão levados à via pública, para a sua recolha nos horários estabelecidos. "Vamos colocar os recipientes no interior dos edificios para que os moradores dos prédios não tenham necessidades de se deslocar tanto para despejarem os seus resíduos", explica Antas Miguel, director da ELISAL que acrescentou ainda que os moradores dos prédios são os que têm encontrado mais dificuldades para se livrarem do lixo.

Em relação ao horário de recolha que, como já adiantamos vai entre 18 e 21 horas com excepção do bairro da Boavista onde se efectuará das 6 as 8 horas, Antas Miguel sublinhou que resultou da necessidade de se acabar com as dificuldades que encontra no modelo que se pretende acabar.

"No antigo sistema, feito no período da manhã, havia muitos problemas, um deles era o engarrafamento,

muitas das vezes causados pelas nossas viaturas", explica. No novo modelo os ocupantes de residências unifamiliares deverão depositar o lixo num saco e, no horário estipulado colocalo fechado em frente a residência, enquanto que os edifícios com muitas residências os seus moradores deverão colocar o lixo, em sacos amarrados, no contendor do respectivo prédio.

Quando for necessário deitar resíduos extraordinários como entulhos de demolições, poda de árvores, carcaças metálicas e outras o cidadão tem que requerer a prestação de serviço à ELISAL.

"Eu não posso dizer já se este novo sistema vai ou não resultar porque aqui as coisas começam e depois terminam sem se dizer nada aos populares, as pessoas ficam no alheio. Mas se funcionar como estão a dizer acredito que sim", sublinha Suzana Maria moradora do bairro da Maianga. Porém, opinião parecida teve grande partido dos cidadãos ouvidos pela reportagem. Entretanto, o novo projecto arrancou apenas em fase experimental e, caso os resultados não sejam os desejados o Governo Provincial de Luanda poderá recuar na aposta, segundo o governado da província Job Castelo Ka-papinha. "Porém este é um desafio imposto a todos nós enquanto partes integrantes da sociedade civil e moradores de Luanda", defende para depois acreditar que o modelo "irá vincar com o contributo e a mudança de consciência dos cidadãos". O objectivo do novo modelo, segundo Kapapinha é "a criação de uma nova estruturação orgânica da própria capital. As questões técnicas sobre o avanço deste projecto já foram solucionadas e estamos certos que a simbiose Governo e Sociedade Civil pode resultar, porque o facto de termos uma sociedade desarrumada é um problema de formação cívica que com este novo modelo pretendemos começar a combater".

Nesse novo projecto os cidadãos deverão pagar o equivalente a 5 dólares nas áreas urbanas e 50 cêntimos nos bairros suburbanos. Sobre as respectivas taxas de pagamento as pessoas defendem que "o problema não é o dinheiro, mas se valerá a pena pagar este dinheiro porque se existir garantias que pagamos e a cidade ficará limpa acredito que ninguém descordará", sublinha Marta de Jesus moradora do bairro da Ingombota onde os moradores terão de pagar o equivalente a 5 dólares. A opinião de Marta de Jesus foi defendida por outras pessoas que dizem por exemplo que o "mais importante é ter a cidade limpa. Agora, não gostaríamos de pagar e ter tudo na mesma como acontece por exemplo com as taxas de circulação. Pagamos mas as ruas continuam todas esburacadas", disse Pedro Morais. Durante a reportagem também registamos comparações relacionadas com o binómio

abastecimento de água e luz com os respectivos pagamentos. "Não é admissível por exemplo que paguemos a luz e quando perdemos um electrodoméstico por falha eléctrica ninguém se responsabiliza. Portanto são estas coisinhas que é preciso ver", acrescentou Pedro Morais que adianta estar preparado a pagar para ter a cidade limpa.

Em Dezembro de 2003 o Presidente da República, José Eduardo dos Santos prometeu acabar, em seis meses com o lixo em Luanda. Tal desafio fez com que os cidadãos "fiscalizassem" mais os amontoados nas ruas da capital que no entanto não diminuam apesar de algumas medidas tomadas por Dos Santos como a exoneração do então governador da Província, Simão Mateus Paulo aos 16 de Janeiro de 2004 e a nomeação de uma Comissão de Gestão composta por Higinio Carneiro, António Van-Dúnem e Job Castelo Kapapinha, actual governador da província.

4.5 Administrador da Samba está a forçar camponeses a «venderem» terrenos seus

Semanario Angolense... 08-10-05

Ele diz que o espaço, de 30 hectares no total, está reservado para a construção de um dito «Hospital Internacional de Luanda mas, curiosamente, no GPL, ninguém saberá da história

O administrador municipal da Samba, Costa Gabriel, é acusado de estar a forçar os cerca de oitenta camponeses do bairro Bem-Vindo, ao Benfica, a venderem os seus terrenos, numa área de 30 hectares, sob o pretexto de que se trata de uma reserva do Estado, para a construção de um dito «Hospital Internacional de Luanda».

No Governo Provincial de Luanda, porém, há funcionários seniores que nada sabem deste projecto, a fazer fé no que nos disse o director da comunicação social, Ladislau Silva, em conversa com o Semanário Angolense, a meio desta semana, o que é muito estranho, tendo em conta a envergadura do suposto projecto. No entanto, para jogar no seguro, Ladislau Silva remeteu o repórter ao director do Planeamento e Gestão Urbana do GPL, Hélder José, com quem não conseguimos falar até à hora do fecho desta nossa edição. Os terrenos em «disputa» foram sendo ocupados por camponeses desde 1983, para a prática da agricultura de subsistência, com grande parte deles a construir casebres, onde se fixaram, para melhor controlarem a sua produção. Eles não exibiram documento algum que atestasse a posse, mas julgam-se proprietários das terras, quando muito, por usucapião.

No mês passado, os camponeses, que nunca haviam tido problemas com a posse das terras, foram surpreendidos com o surgimento do administrador comunal do Benfica em exercício, Francisco Changane, a exhibir um documento endereçado à comissão de moradores do referido bairro, no qual se solicita a sua retirada do espaço, pelo facto do Estado dele necessitar para a construção do referido hospital.

O documento...

O Semanário Angolense está na posse de uma cópia do documento, assinado por Francisco Changane, em nome da administração comunal do Benfica, que diz o seguinte:

«A Administração Comunal do Benfica recebeu orientações, através da nota nº 141/Ad/2005, de 09/08/05, referente à solicitação de terreno com 30 hectares (300.000 m²), para a construção do Hospital Internacional de Luanda, no Bairro Bem-Vindo. Deste modo, solicitamos o apoio do senhor coordenador, soba, mais velhos e mamãs, do Bairro Bem-Vindo, para juntos trabalharem o mais depressa possível, no sentido de mobilizarem todos (os) camponeses que têm lavras no terreno indicado, para cederem o espaço para a construção do referido Hospital internacional de Luanda.

Trata-se de um projecto bem-vindo, no Bairro Bem Vindo, em particular na província de Luanda, porque não só vai tratar doentes, como também vai criar muitos postos de trabalho para este Povo do Bairro Bem-Vindo».

No fim, o administrador comunal em exercício não se esqueceu do slogan: «Juntos por uma Luanda melhor/Luanda capital lusófona da Cultura2005», antes de apelar à atenção e à compreensão de «todos acima citado» - assim mesmo, formulando votos de «alta consideração e estima».

«Temos de negociar»

Diante disso, os camponeses dizem que não aceitaram, porque antes de saírem vão ter de negociar com o governo, se é que o projecto do hospital é verdadeiro. «Aliás, também queremos saber onde nos vão atirar», disse um deles ao Semanário Angolense, onde vieram em massa, para fazerem a denúncia desta alegada violação aos seus direitos como cidadãos angolanos. Os camponeses disseram ainda que pediram a Francisco Changane para que fizesse prova da tal nota onde vem expresso o pedido do governo provincial, mas este desconseguiu de apresentar. Eles suspeitam que há nisto tudo a mão do administrador municipal, que estará a ser assediado por fortes «lobbies» de empre-

sários estrangeiros interessados em terrenos para montarem os seus negócios. De resto, um dito «enviado especial» de Costa Gabriel, conhecido por Dorlito, acompanhado de agentes da polícia nacional, já surgiu no local a forçar os camponeses a cederem cada qual a sua parcela, em troca de ultrajantes dez mil kwanzas. Quatro deles já foram forçados a sair das suas terras a meio desta semana. Em função da denúncia dos «mais-velhos», uma equipa de reportagem do Semanário Angolense deslocou-se à área em questão, tendo encontrado o Dorlito em plena acção, com quem tentou um dedinho de conversa sobre o assunto, mas este recusou-se a falar fosse o que fosse, sob a alegação de que não tinha autorização superior para tanto.

Ou é trapaça da pura?

o facto de Dorlito e a sua equipa tentarem a compra das terras dos «pobres» camponeses, sem qualquer comprovativo, está, por si só, a criar grande apreensão entre os camponeses, o que lhes leva a pensar que se trata de uma simples negociata de Costa Gabriel e não propriamente uma vontade do Estado, no caso representado pelo Governo Provincial de Luanda. «Como é que a indemnização pode ser feita sem qualquer documento?», interrogou-se um dos mais-velhos. Ele suspeita que o administrador municipal já deve ter vendido os terrenos a certos empresários e agora está à rasca para tirar a população. «E, sem vergonha na cara, vem com esta do hospital internacional», ironizou.

Os camponeses acentuam uma falta de legitimidade da administração da Samba para se apropriar do espaço, porquanto existem camponeses que já lá se encontram há mais de vinte anos, portanto, com direitos adquiridos sobre as terras. «São muitos anos por cá, para nos tirarem daqui por insultuosos 10 mil kwanzas, ainda por cima sem um outro sítio para irmos», lamentou um dos velhos à nossa reportagem. «Assim, não dá!», sublinhou, bem chateado.

Na administração do município da Samba, para onde um dos nossos repórteres se deslocou por três vezes nesta semana, não se conseguiu falar com Costa Gabriel ou um seu representante. Na segunda-feira, a sua secretária disse que o administrador estaria disposto a receber-nos na quarta, mas, chegado este dia, a desculpa para mais um «corte» foi de que ele teria um encontro com a vice Francisca do Espírito Santo, que lhe ocuparia a jornada toda.



4.6 Administração de Viana demoliu casas e destruiu bens

Cruzeiro do sul...08-10-05

Apesar de ter cobrado dinheiro aos cidadãos e passado documentos que os tornaram titulares legais dois terrenos, a edilidade de Viana deu o "dito pelo não dito" e usou, da forma mais brutal, o camartelo. Em Luanda, a moda há muito pegou.

Mais de 300 famílias foram desalojadas, nos dias 26 e 27 de Setembro, das suas casas no bairro da Cidadania, situado no km 25, em Viana, tendo estas sido demolidas e os seus haveres destruídos. O grupo de fiscais que ordenou a destruição foi chefiado pelo chefe do gabinete de fiscalização do município de Viana, Miguel Pedro Miguel, apoiado por agentes e sub oficiais da II Divisão da Polícia e por efectivos da Polícia Militar que, de armas em riste, protegiam o bulldozer que procedeu às demolições. Informado sobre o sucedido, Luís Araújo, coordenador da Accção Solidária SOS Habitat, deslocou-se imediatamente ao local e pediu que lhe fosse exibido algum documento que autorizava a demolição.

"Confrontados com o facto de a demolição não estar autorizada por um mandato em conformidade com a Lei, informei-lhes que, nessa circunstância, estavam a cometer um crime grave contra a vida, desabrigando pessoas, assim como contra a propriedade, destruindo bens particulares e, portanto, contra entidades com direitos e liberdades, cujo bem estar é a razão de ser do Estado", realçou o responsável cívico. Notou que o Estado tem a obrigação de proteger o cidadão e as suas propriedades, ao invés de, por via dos actos dos seus agentes, ser usado contra os cidadãos, como se duma associação de malfetores se tratasse. Esclareceu que é do conhecimento do ministro do Interior, Serra Van-Dúnem, que a maioria das vítimas ocupava de forma legal os terrenos em que habitavam naquele bairro. A legalidade decorre do efeito de deferimento tácito,

estabelecido como norma em vigor, pelo artigo nº 57 do decreto-lei 16/12/95, que o Estado é obrigado a respeitar plenamente, subordinando-se ao rigoroso cumprimento da Lei, conforme estabelece a Lei Constitucional da República de Angola, explicou. Os cidadãos foram vítimas de demolição e tentativa de expulsão à mão armada com fim de as despojarem da posse dos seus sítios habituais de residência, como é do conhecimento do GPL, que recebeu os requerimentos acompanhados dos croquis de localização dos respectivos lotes de terra. Tendo já decorrido o período de tempo de noventa dias, findos os quais, por imperativo desse decreto-lei, por não terem merecido qualquer despacho, se tornaram titulares de pleno direito dos terrenos que solicitaram e, para os quais, conforme as normas, pagaram na tesouraria da administração do Estado os encargos no acto de recepção dessas solicitações.

"O nosso Governo anda a trabalhar em transgressão e através do cometimento de crimes nesta questão da gestão urbana", acusou. Abordado pelo Cruzeiro do Sul, o administrador municipal de Viana, Júlio de Carvalho, disse que aquela área não é habitável, mas sim, reservada para "indústrias e consta da Lei da República". Os lesados contam que os terrenos estão legalizados e que os compraram, alguns ao preço de 600 dólares, outros por 350 e outros ainda a 300, à própria administração local. "Não sairemos deste espaço, porque nos pertence", disse um despejado. São mais de mil, duzentos e noventa e sete habitantes que estão a dormir no relento, tendo desde as demolições quatro mulheres dado à luz ao ar livre. Uma delas encontra-se internada no hospital central, porque o estado de saúde do bebé inspira cuidados médicos. Isabel Pascoal Marcolino disse que foram homens da administração que fizeram a venda dos terrenos.

"Temos documentos que comprovam a nossa legalidade neste espaço e os croquis de localização estão assinados e autenticados pela administração de Viana. Não temos para onde ir e o mesmo governo não nos vai dar lugar para ficarmos, então pedimos à administração que devolva o nosso local conforme estava", imploram. Um oficial superior das Forças Armadas Angolanas (FAA), com a patente de coronel, Amaral Luís Kid, também viu a sua residência demolida e os seus haveres levados "Esta é sexta vez que isto acontece aqui no bairro da Cidadania, fugimos de Luanda para aqui, isto era mata quando aqui chegámos e comprámos este terreno". (...).

O ancião Manuel Lima, de noventa anos, estava dentro de casa quando começaram a demolir a sua residência. "Eu vendi tudo o que tinha lá em Malanje para poder

vir aqui a Luanda, compro o meu terreno e vêm destruir, não sei o que fazer, não tenho por onde ir", lamentou.



5 SERVIÇOS BASICOS

5.1 Rangol acusada de promover lixeira no Prenda

Capital... 08-10-05

Moradores do edifício número 14 do bairro Prenda vêm manifestando, nos últimos tempos, uma profunda preocupação com a forma tida como pouco ortodoxa como a operadora privada Rangol tem efectuado os seus trabalhos de recolha de lixo e limpeza daquele perímetro. Acusam aquela empresa de ser a grande responsável pelo lastimável estado higiénico apresentado por aquele edifício, sobretudo no seu aspecto exterior, onde não raras vezes são vistas gigantescas montanhas de lixo; além de uma imensidão de ferro velho que avançam a uma grande velocidade para a entrada principal do prédio. Não tão eficiente e muito menos não tão rápida nos seus trabalhos, conforme a sua propaganda, a empresa é ainda acusada de atentar contra saúde dos moradores não só do edifício em causa, mas também das moradias que se acham adjacentes ao local, por permitir o crescimento exponencial de um «exército» de moscas e mosquitos.

Mas isso não é o pior: aqueles moradores queixam-se das noites em que são obrigados a passar em claro, em função da barulheira que se regista quando em trabalho de recolha de lixo no período nocturno. «Na calada da noite, essas máquinas não nos deixam dormir à vontade», revelou Saladino Tchaka, um jovem morador do prédio em referência. Para ele, não será espanto nenhum quando as consequências em termos de saúde

se fizerem sentir. É que, como se não bastasse, camloes afectos àquela empresa são vistos, vezes sem conta, a fazerem do local uma espécie de aterro sanitário.

«Não se sabe bem por que carga de água, mas o certo é que os camiões chegam e despejam o lixo que recolhem doutros pontos da cidade, num sistema de trabalho que não se vê em parte nenhuma do mundo», reforça ainda Saladino, que se mostrava o mais inconformado entre os restantes elementos do grupo de reclamantes. O que mais agasta aquela gente é o facto do prédio estar agora a transformar-se num dos mais asquerosos entre os vários edifícios daquele bairro do município da Maianga. «Este era um prédio limpo, mas desde que esses senhores chegaram a coisa mudou de figurino», lamentou um outro morador sob anonimato.

Não fosse só a carrada de lixo espalhado a céu aberto, à Rangol é ainda imputada a responsabilidade pela degradação do asfalto que ladeia a área. Não raras vezes, para aumentar ainda mais as reclamações do seu pouco famoso funcionamento, os trabalhos mecânicos são realizados no local, além de que as suas retro-escavadoras são vistas a carcomerem o pouco asfalto que ainda existe e a roçarem os pilares do prédio.

Outra coisa não passa pela cabeça daqueles moradores que não seja a retirada incondicional daquela empresa do local. «Não queremos continuar a conviver com esta lixeira, não queremos que a empresa instale aqui o seu estaleiro», exigiram.

5.2 Lixo pode comprometer conclusão do projecto do CFL

Jornal de Angola... 25-10-05

O aglomerado de lixo que se regista em alguns pontos onde decorre os trabalhos de reabilitação e modernização do subsistema ferroviário de Luanda, no troço Bungo-Baía (depois de Viana), poderá comprometer a conclusão do projecto no tempo aprazado.

A constatação foi feita pelo “JA”, sexta-feira última, no troço Bungo-Baía. Os trabalhos de reabilitação e modernização do sistema, no referido troço, como constatámos, a cargo de uma empresa chinesa, e fiscalizada pela Dar-Al-Handasah, está a decorrer a bom ritmo. Pessoas ligadas à empresa construtora, assim como pela fiscalizadora, recusaram em adiantar mais pormenores sobre o andamento das obras, assim como o aglomerado de lixo.

No entanto, durante a nossa passagem pelo quilómetro

três ponto novecentos, junto à Boavista, isto quando eram cerca das nove horas da manhã, demos com muitos populares, entre adultos e crianças, a depositarem lixo nas valas de drenagem, assim como em áreas em que já foram terraplenadas.

Naltura, uma criança, que nos pareceu ter dez anos, depositava um saco contendo lixo na vala, construída pela empresa chinesa para facilitar a drenagem de água, principalmente as das chuvas, que se encontra já abarrotada e entupida e a exalar um cheiro nauseabundo. A inocente, que se encontra acompanhada com mais duas outras petizes, acreditamos, não saber do perigo do depósito de lixo àquele local, que está a palmos da cubata, erguida de chapas de zinco e blocos de cimento, de onde saiu. Pois, o lixo é uma fonte de mosquitos e outros insectos causadores de doenças como o paludismo. Entretanto, um dos moradores da referida área disse que o cenário é triste, mas os populares que ali residem não têm outra alternativa, senão depositar o lixo nas valas e em outros locais.

“Acho que não existe uma colaboração entre os Caminhos de Ferro de Luanda e outras instituições do Governo Provincial de Luanda, como a operadora de limpeza que tem sob sua responsabilidade a zona que sai do Bungo a Baía”, disse. Para ele, se a operadora em causa instalasse contentores para o depósito de lixo, os populares não atirariam o lixo em locais impróprios, como é o caso das valas de drenagem. “É triste o que se vive e que vemos aqui. Mas é importante saber que os populares não podem viver com o lixo dentro de casa”, precisou o morador em causa, acrescentando, que o Governo Provincial de Luanda, através das administrações municipais do Sambizanga, Rangel e Viana devem fazer um trabalho árduo de sensibilização aos munícipes para depositarem o lixo no lugar certo.

“Para que isto seja levado a cabo é preciso, primeiro, que os contentores para o depósito de lixo estejam nos locais apropriados”, pontualizou. Por outro lado, o “JA” constatou que, além do lixo que é depositado nas valas de drenagem, várias pessoas danificam as placas de protecção que estão a ser colocadas pela referida empresa chinesa. Dos populares contactados no local, ninguém soube explicar com exactidão as causas da danificação das placas de protecção.

No entanto, uma fonte da Polícia Nacional, afecta à II Divisão, referiu que a danificação é feita pelos delinquentes, para permitir a fuga dos mesmos quando são perseguidos pelos agentes da Ordem.

5.3 Governo do Huambo investe USD 3,8 milhões no sector de energia

Jornal de Angola... 25-10-05

O governo do Huambo investiu três milhões e oitocentos mil dólares americanos no sector de energia. O dinheiro foi empregue na instalação da rede de iluminação pública e na aquisição de três grupos geradores.

A acção insere-se no programa do Governo de melhoramento e aumento dos serviços sociais básicos às populações. Segundo o governador da província, Paulo Kassoma, os geradores, com capacidade de 1.825 KVA cada, foram adquiridos nos Estados Unidos da América e montados em três meses. Os geradores gastam dois mil e 500 litros de combustível por hora. Estão a trabalhar em regime contínuo, isto é 24 sob 24 horas. Os aparelhos estão a beneficiar 70 por cento da população do centro da referida cidade do planalto e de alguns bairros periféricos. Ainda de acordo com o governador, o processo de compra, transladação, e montagem do referido equipamento custou aos cofres do Estado mais de um milhão de dólares americanos, valor incluído no custo total acima referenciado.

Para o governador Paulo Kassoma, o mau estado da rede de distribuição, principalmente nos bairros periféricos, assim como a infracção às leis, por parte de alguns cidadãos, tem dificultado a distribuição da corrente eléctrica às zonas circunvizinhas da cidade (...). Contudo, segundo ele, é importante que o Governo trabalhe na recuperação da barragem do Ngove, para resolver definitivamente a questão do abastecimento de energia.

5.4 O novo modelo de recolha de lixoElisal

Angolaense...15-10-05

Apesar de muitas lamentações, campanhas, críticas e sugestões, a problemática do lixo continua a ser uma constante na cidade capital.

Por este facto, a Elisal lançou um novo modelo de recolha de lixo, que consiste em retirar os contentores existentes nas vias públicas, aplicando um novo serviço de recolha porta a porta e implementando contentores privados para edifícios e estabelecimentos comerciais, tomando deste modo cada cidadão responsável pelo seu próprio lixo. Em entrevista ao angolense, Stella Silveira, chefe do gabinete de informação da Empresa de Limpeza e Saneamento Básico de Luanda (Elisal),

começou por realçar que sendo o órgão por quem responde concessionário deste novo projecto, que passou pela aprovação do Conselho de Mínimos, será numa primeira fase a entidade responsável pela actuação do mesmo modelo.

Stella Silveira explicou que a "Recolha Dirigida", uma das inovações do novo modelo de gestão de limpeza pública de Luanda, se trata da implementação de contentores privados para os edifícios ou estabelecimentos comerciais.

Referiu também que os mesmos vão substituir os contentores públicos existentes, por este facto terão a capacidade de armazenar a quantidade de resíduos produzidos por estes usuários. Para a actuação do novo sistema, foi feita uma subdivisão da província em sectores de actuação, pois segundo ela, existem sete operadoras para nove municípios, por este facto haverá empresas que deverão trabalhar em duas áreas em simultâneo. As zonas que terão uma operadora serão nomeadamente, Rangel e Sambizaga; Samba e Maianga.

"Será como uma experiência, pois como donos do projecto devemos ser os primeiros a implementá-lo na cidade, para posteriormente passarmos todas as directrizes necessárias e fiscalizarmos as operadoras que queiram realizar este sistema de recolha de lixo". A mesma fonte ressaltou também que antes da aprovação do projecto foram feitas recolhas de dados, onde foi possível apurar na população quais as preferências no horário de entrega de lixo.

Visto que o novo sistema visa também a implementação de contentores privados em edifícios e estabelecimentos comerciais, a empresa concessionária, realizou a prior um levantamento de dados referidos locais no sentido de averiguar a quantidade de contentores necessários para execução do programa.

De acordo ainda com as declarações da chefe de gabinete de informação da Elisal, na recolha dirigida, o cidadão passa a ser um sujeito activo pois será o único responsável pela organização do seu próprio lixo. "O cidadão deve deitar os resíduos em sacos plásticos defronte as suas residência, num horário estabelecido, dentre as 19 às 21horas, ao passo que a recolha será feita das 21 às seis horas da manhã" explicou. Salientando ainda que o incumprimento da operadora no que toca a recolha do lixo, o cidadão pode efectuar uma reclamação e para tal estarão disponíveis dois terminais telefónicos.

A responsável acrescentou que, no caso de ocorrer a formação de grande volume de resíduos de natureza domiciliar, tais como, limpeza geral de moradias, poda e

corte de relva, demolições de prédios, resíduos volumosos como carcaças, geleiras entre outros, o cidadão deve informar a Elisal da circunstância, para que se efectue a programação de uma frota de serviços especiais, que se trata da implementação de um contentor específico na área, evitando assim o constrangimento no momento do processo regular de recolha.

De salientar que, o novo modelo foi apresentando oficialmente ao público no dia 17 de Agosto do corrente ano ao passo que, a implementação do mesmo ocorreu apenas no dia 10 do mês em curso.

O município da Ingombota foi o primeiro a beneficiar da acção. Naquela localidade, as ruas começaram a ser varridas com maior frequência e foram postos recipientes aptos a conter os resíduos de pequeno porte onde devem ser depositadas garrafas, jornais, maços de cigarros e outros objectos. Os referidos recipientes serão fiscalizados por funcionários da Elisal.



6 PAZ E CIDADANIA

6.1 Debate sobre paz e reconciliação

Angop...22-10-05

O Instituto de Relações Internacionais (IRI) do Ministério das Relações Exteriores e o Comité Inter-Eclesial para a Paz em Angola, promovem de 31 de Outubro a 4 de Novembro, em Luanda, uma conferência sobre a "Reconciliação e Consolidação da Paz em Angola.

O encontro decorrerá sob o lema "Por uma Agenda de Reconstrução e Desenvolvimento Nacional".

Segundo o programa, foram convidados para dissertar

nesta conferência os reverendos Luis Nguimbi e Ntoni Nzinga, o antigo director nacional das eleições, Onofre dos Santos e o representante residente do PNUD em Angola, Pierre Francois Pirlot, entre outras individualidades.

6.2 Mulher angolana quer desarmamento da população

RNA... 24-10-05

“A mulher como agente de sensibilização para o desarmamento” é tema de um seminário que terá lugar no Magistério Primário amanhã e depois, em Luanda, sob a égide da organização não governamental (ONG) Angola 2000.

O encontro, segundo o coordenador do evento, Joaquim Trindade Lubondja, terá como um dos principais prelectores Eunice Inácio que informará os participantes sobre o papel da mulher como agente da paz e do desenvolvimento, envolvendo-a na implementação de iniciativas de desarmamento civil.

O encontro terá a participação de membros da sociedade civil, estudantes, representantes de ong nacionais e internacionais e serão abordados Sub-temas como “O tráfico ilícito de armas”, “Tratado sobre o comércio de armas”, “O papel do governo no desarmamento da população”, “A violência no género”, “A resolução pacífica de conflitos” entre outros.

O encontro visa proporcionar um debate informativo e discussão em torno da redução de armas de fogo e propagar uma cultura de paz.

6.3 O que é devido às mulheres

Rna... 22-10-05

Mulheres de várias formações partidárias e de organizações sociais perspectivam uma manifestação para exigir que todos os Partidos políticos contemplem a média de 30 por cento de participação feminina nos órgãos de decisão internos e a nível governamental.

Esta decisão foi tomada no final de um workshop sobre “Mulheres e Eleições” destinado a capacitar formadores para garantir maior participação feminina nos programas pré-eleitoral e eleitoral, uma iniciativa da Ajuda Popular da Noruega (APN). As participantes recomendaram que todas as formações políticas que ainda não realizaram congressos o façam antes das eleições para poderem alterar os estatutos e cumprirem com o que estabelece a nova lei dos Partidos políticos. Com a manifestação, as mulheres pretendem ainda

sensibilizar os líderes políticos no sentido de cumprirem com os instrumentos jurídicos nacionais e internacionais (ratificados pelo Governo) que defendem a promoção feminina em vários níveis. Citaram como exemplo a lei dos Partidos Políticos, a Carta dos Chefes de Estado da SADC e a Declaração da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). Para atingir este objectivo, o grupo vai reunir-se com líderes partidários, ONG's e a comunidade, assim como fazer “lobby's” junto de instituições nacionais e internacionais. A realização de campanhas de mobilização e de sensibilização para elevar o número de mulheres na vida política constam igualmente da meta. Participaram no workshop mulheres dos Partidos MPLA, UNITA, Congresso Nacional Angolano e Social Democrata e de ONG's nacionais. A formação “Mulheres e Eleições” está dividida em três módulos. O primeiro, designado “Mulheres Podem Fazê-lo”, decorreu de 18 a 21 de Outubro, e foi orientado por duas formadoras da Noruega do Partido trabalhista deste país. (...)

A APN, no âmbito do seu programa, dá especial atenção à situação da mulher e desenvolve projectos e programas que possibilitem e abram caminhos à uma maior participação feminina na vida política e social.

Na prossecução dos seus objectivos pretende, em conjunto com parceiros nacionais, atingir a meta dos 30 por cento de mulheres nas listas eleitorais, conforme estabelecido na própria lei eleitoral, recentemente aprovada.

7 CARTOON



2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.
Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

2.2 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.